



22 DE SETEMBRO DE 2016

Quinta-feira

- RELAÇÕES DO TRABALHO EQUILIBRADAS CONTRIBUEM PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO, DIZ ROBSON BRAGA DE ANDRADE
- INDÚSTRIA ESTÁ CAUTELOSA, MAS OTIMISTA COM O FUTURO, INDICA FGV
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS MOBILIZA TRABALHADORES DA GRANDE CURITIBA
- TRABALHADORES DO PARANÁ ADEREM A ATO NACIONAL
- REPRESENTANTES DO SETOR AUTOMOTIVO PEDEM RENOVAÇÃO DA FROTA A MINISTRO
- PARANÁ FOI O SEGUNDO ESTADO QUE MAIS GEROU EMPREGO
- POSTOS REAJUSTARAM PREÇOS MESMO APÓS NOTIFICAÇÃO POR ALTA "INJUSTIFICADA"
- MINISTRO NEGA QUE GOVERNO TENHA DESISTIDO DE PROPOR REFORMA TRABALHISTA
- ECONOMIA NÃO SUPORTARÁ ESPERAR REFORMA TRABALHISTA SÓ EM 2017, DIZ GANDRA
- TRABALHO INTERMITENTE TEM APOIO DO COMÉRCIO
- PARA ECONOMISTAS, INDEXAÇÃO DIFICULTA QUEDA DO IPCA
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO AVANÇA 1,5% EM SETEMBRO ANTE AGOSTO, DIZ CNC
- BRASIL TERÁ MAIOR QUEDA ENTRE AS GRANDES ECONOMIAS
- FIAT ENTRA NA ERA DOS MOTORES TRICILÍNDRICOS COM O UNO 2017
- MERCEDES-BENZ ANUNCIA PISTA DE TESTES NO BRASIL
- BRASIL E PARAGUAI AVANÇAM POR ACORDO AUTOMOTIVO
- BRASIL DESTOA NO MERCADO GLOBAL DE CAMINHÕES
- DÉFICIT NAS AUTOPEÇAS PASSA DE US\$ 3 BI
- GERAÇÃO Y BUSCA CARRO MAIS ECOLÓGICO, APONTA NISSAN
- FPT LANÇA MOTOR GNV PARA A AMÉRICA LATINA EM HANNOVER
- NOVOS EMPREENDIMENTOS VÃO INVESTIR R\$ 7,2 BILHÕES NA BAHIA
- EMPRESAS DEVEM ESTAR ATENTAS ÀS ATUALIZAÇÕES DO BLOCO K EM 2017

- FGV: ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO ATINGE MAIOR PATAMAR EM SEIS ANOS
- GREVE DOS BANCÁRIOS CHEGA AO 16º DIA SEM ACORDO DE REAJUSTE
- GASOLINA MAIS CARA NO BRASIL FAZ PETROBRAS PERDER MERCADO
- INVESTIDORES PEDEM € 8,2 BILHÕES A VOLKS POR ESCÂNDALO 'DIESELGATE'
- PIB BRASILEIRO SEGUE EM QUEDA, MAS RETOMADA ECONÔMICA PODE VIR ANTES DO PREVISTO, DIZ OCDE

CÂMBIO EM 22/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,209	3,210
Euro	3,603	3,604

Fonte: BACEN

Relações do trabalho equilibradas contribuem para a geração de emprego, diz Robson Braga de Andrade

22/09/2016 – Fonte: CNI

Em abertura do Fórum Estadão, presidente da CNI defendeu segurança jurídica para a negociação coletiva e construção de propostas que modernizem as leis trabalhistas brasileiras



A modernização das relações do trabalho se traduzirá em condições mais favoráveis para a economia do país e para o bem-estar do trabalhador brasileiro. De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, colocar as leis do trabalho em compasso com o presente será um passo fundamental para se recuperar o vigor da economia do país.

“O que nós mais queremos é que o Brasil tenha um ambiente de trabalho saudável, que permita o desenvolvimento da economia, que possa gerar empregos de qualidade, e que tragam competitividade e **produtividade** para a indústria”, afirmou.

A importância de uma atualização das **leis** do trabalho foi destacada por Andrade ao abrir o *Fórum Estadão Competitividade: Modernização das Relações de Trabalho*, nesta quarta-feira (21), em São Paulo. Realizado em parceria com o jornal O Estado de S.Paulo, o evento coloca em debate experiências internacionais e o cenário brasileiro para analisar os impactos deste tema na competitividade e na produtividade da economia de um país.

O presidente da CNI lembrou que o trabalho é um fator que impacta no dinamismo da economia e no mercado de trabalho. Mas que é preciso assegurar condições para que as relações do trabalho sejam harmonizadas, contribuindo para a geração de empregos e a evolução do diálogo entre empresas e trabalhadores. "Precisamos de uma legislação que dê segurança jurídica para as empresas e hoje o ambiente nas relações de trabalho não está adequado", disse.

NEGOCIAÇÃO – Entre os avanços prioritários para a modernização das relações do trabalho é a valorização da negociação coletiva.

Apesar de se tratar de um direito previsto na Constituição, acordos e convenções coletivos negociados, de forma legítima, entre empresas e trabalhadores, representados por seus sindicatos, têm sido sistematicamente invalidadas pela Justiça do Trabalho.

É pela negociação coletiva que empresas e trabalhadores encontram soluções de consenso para definir rotinas de trabalho, realizadas pelo diálogo e à luz dos direitos constitucionais.

Esta é uma das propostas que a CNI considera prioritária para a modernização das relações do trabalho e que tem sido debatidas, sobretudo no Supremo Tribunal Federal (STF). Para o presidente da CNI, é preciso que o debate avance, resultando em propostas construídas de forma articulada. "Espero que aflorem propostas que contribuam para mudanças que tanto precisamos", resumiu.

Indústria está cautelosa, mas otimista com o futuro, indica FGV

22/09/2016 – Fonte: G1



A indústria sinaliza que está mais otimista com o futuro, segundo sinaliza prévia de indicador de confiança do setor, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV). O índice aumentou 1,2 ponto de agosto para setembro, passando de 86,1 para 87,3 pontos, compensando a queda de 1 ponto no mês anterior.

Ao mesmo tempo em que a avaliação da situação atual piorou, melhoraram as expectativas em relação aos meses seguintes, "indicando que o setor continua mais otimista com o futuro que satisfeito com o presente".

O Índice da Situação Atual (ISA) recuou 0,5 ponto, para 84,7 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) avançou 2,7 pontos, para 90,0 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) aumentou 1,2 ponto percentual na prévia de setembro, para 75%, o maior desde setembro do ano passado.

Para a prévia de setembro de 2016 foram consultadas 780 empresas entre os dias 05 e 19 deste mês.

Sindicato dos metalúrgicos mobiliza trabalhadores da Grande Curitiba

22/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



A manhã dos trabalhadores da indústria metalúrgica de Curitiba e Região Metropolitana começou com assembleias nos portões das fábricas, da Volkswagen, Renault e Aker Solutions, em São José dos Pinhais, Volvo, CNH, Bosch, WHB e Furukawa, na CIC, e Brafer, AAM do Brasil, em Araucária.

As assembleias continuarão no período da tarde. A ideia é mobilizar os trabalhadores para a paralisação geral no dia 29 de setembro.

O objetivo do ato unificado é protestar contra as ameaças aos direitos trabalhistas sinalizadas pelo Governo e pelo patronal que visam aumentar a jornada de trabalho, congelar salários e acabar com benefícios.

Esta data foi definida pelas centrais sindicais no dia 8 e teve adesão de mais 500 sindicatos metalúrgicos no dia 11, em reunião na Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

Além da Força Sindical, a mobilização vai contar também com participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

“Não resta dúvida! Ou vamos para a luta ou corremos o risco de retroceder ainda mais.

É por isso que o movimento sindical resolveu deixar partidarismos de lado para voltar a se unir para defender os direitos trabalhistas e sociais. Não tem outro jeito, ou os trabalhadores se unem e lutam ou vamos afundar todos juntos”, alerta o presidente do SMC, Sérgio Butka

Campanha nacional “Cortar Direitos não Gera Emprego!! Retomada da Economia Já!!” O ato marcado para o dia 29 faz parte da campanha iniciada pelo SMC “Cortar Direitos não Gera Emprego!! Retomada da Economia Já!!”, lançada no dia 5 de setembro com a participação de mais de 15 mil metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana.

Esta campanha que já corre o país alerta a população dos riscos que os ataques aos direitos trabalhistas e sociais representam ao desenvolvimento do Brasil.

Trabalhadores do Paraná aderem a ato nacional

22/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



Movimentos sindicais se manifestam contra a possibilidade de perda de direitos

Diversas categorias de trabalhadores de Curitiba e do Paraná se juntam, hoje, a um movimento nacional contra a possibilidade de perda de direitos trabalhistas. Desde cedo, atos estão marcados para a porta de grandes empresas instaladas na Capital e região.

Professores e servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) também fazem um dia de paralisação. No final da tarde está marcada uma manifestação na Praça Santos Andrade.

Logo cedo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região realiza atos na entrada dos turnos de grandes empresas de Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária.

“O objetivo do ato unificado é protestar contra as ameaças aos direitos trabalhistas sinalizadas pelo Governo Federal e pelo patronal que visam aumentar a jornada de trabalho, congelar salários e acabar com benefícios”, diz chamada do Sindicato.

O Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFPR (Sinditest) também participa da mobilização a partir das 8 horas. O Sindicato dos Professores da UFPR realiza mobilizações durante todo o dia.

Os bancários, em greve desde o dia 6 de setembro, engrossam a paralisação nacional, com atos nas principais cidades do Brasil. Em Curitiba e região, a Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR) e as demais centrais realizam mobilizações ao longo de todo o dia. Logo pela manhã, petroleiros e bancários seguem com as atividades relativas às suas campanhas salariais.

Às 18 horas, os trabalhadores se concentram na Praça Santos Andrade para dar início a um grande ato, que passará pela sede do Ministério Público do Trabalho e seguirá até a Boca Maldita. No dia 29 de setembro está marcada nova manifestação nacional por parte dos trabalhadores de diferentes áreas.

Governo — Ontem, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, reafirmou que não existe intenção de mexer em direitos adquiridos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e vales-transporte e refeição, nem com o repouso semanal remunerado. “Nenhum direito do trabalhador sofre ameaça. Os direitos do trabalhador serão aprimorados.”

Representantes do setor automotivo pedem renovação da frota a ministro

22/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, reuniu-se hoje (21) com representantes da indústria e dos trabalhadores do setor automotivo. O grupo, formado por 19 entidades representativas, entregou ao ministro a proposta do Programa de Sustentabilidade Veicular, que prevê a renovação da frota e o incentivo à cadeia de reciclagem de autopeças. As informações são da Agência Brasil.

A proposta de renovação da frota veicular, que já vem sendo debatida há mais de três anos, tem como objetivo promover a sustentabilidade de frota de veículos em circulação no Brasil, além de apoiar o setor automotivo, contribuindo para a retomada do crescimento do país.

Segundo Antônio Carlos Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a proposta entregue a Marcos Pereira, além de incentivar a renovação da frota, fomentará a reciclagem de autopeças, a redução da emissão de gases poluentes produzida por veículos antigos e contribuirá para a segurança no trânsito.

De acordo com Marcos Pereira, o governo federal está empenhado em garantir a retomada do crescimento econômico, com o consequente aumento do número de postos de trabalho e da renda. “O Brasil tem pressa para voltar a crescer e o melhor programa social para o país, atualmente, é a geração de empregos”, declarou o ministro.

Paraná foi o segundo Estado que mais gerou emprego

22/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



Mesmo com a recessão, o Paraná acumula saldo positivo na geração de emprego nos últimos cinco anos e meio. Entre janeiro de 2011 de julho de 2016, o Estado somou 200,9 mil novos empregos com carteira assinada. O saldo, que mede a diferença entre admissões e demissões no período, ficou atrás apenas de São Paulo (251,9 mil).

Os dados são de um levantamento do Observatório do Trabalho, ligado à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. O Paraná ficou à frente de estados como Santa Catarina (172,1 mil), Rio Grande do Sul (153,4 mil) e Minas Gerais (107,2 mil) no período.

“O levantamento mostra que o Paraná, durante a crise, superou outros Estados que geralmente criavam muito emprego, como Rio de Janeiro e Minas Gerais”, diz Suelen Gliniski Rodrigues dos Santos, economista do Observatório do Trabalho.

DESEMPENHO - O resultado pode ser explicado pelo avanço da produção da agroindústria no Interior, com destaque para os frigoríficos, e da participação forte dos setores de serviços e comércio, principalmente nas grandes cidades. O desempenho desses setores mais que compensou o tombo registrado pela construção civil e a indústria da transformação com a recessão brasileira.

O Paraná registrou, no período, saldos positivos de emprego em seis dos oito setores pesquisados no Caged. O líder foi o setor de serviços, responsável por um saldo de 140,5 mil novos postos de trabalho.

Em segundo lugar veio o comércio, com 70,7 mil, seguido pela administração pública, com 5,7 mil, e agropecuária, com 4,5 mil. Serviços industriais de utilidade pública registraram um saldo de 1,99 mil vagas e o setor extrativo mineral ficou com saldo de 724 vagas. Na direção contrária, a construção civil registrou perda de 3,9 mil postos e a indústria da transformação eliminou 19,5 mil.

“Embora a crise tenha prejudicado a geração de vagas, esses setores mas que compensaram a queda no ritmo do emprego de outros setores, como construção e a indústria”, diz Suelen.

FRIGORÍFICOS - Entre as atividades que mais geraram emprego, o grande destaque ficou com os frigoríficos, principalmente da região Oeste do Estado. A atividade de abate de suínos, aves e outros pequenos animais registrou um saldo positivo de 16,8 mil vagas, o maior do Estado.

A atividade de comércio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios, hipermercados e supermercados ficou em segundo lugar (16,2 mil vagas) e transporte rodoviário de cargas em terceiro, com 12,8 mil.

ALIMENTOS - Apesar de a indústria ter sido o setor mais prejudicado na crise, alguns segmentos ajudaram a evitar uma queda ainda maior do emprego industrial no Estado. A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico acumula um saldo de 17,6 mil vagas no período e a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria, por sua vez, fechou um período com saldo de 2,6 mil vagas.

MUNICÍPIOS – A crise afetou fortemente a geração de empregos nas grandes cidades, mas Curitiba permanece, nos últimos cinco anos e meio, como a maior geradora de vagas do Estado.

Entre janeiro de 2011 e julho de 2016, a capital totalizou um saldo de 17,2 mil vagas. Maringá ficou em segundo lugar, com 16,5 mil, e Cascavel em terceiro, com 12,9 mil vagas. Londrina ficou em quarto lugar, com 10,1 mil empregos.

EXPECTATIVA - Na avaliação da economista, o impacto mais forte da crise sobre o emprego foi em 2015, quando foram fechadas 77,1 mil vagas no Estado.

Embora o Paraná acumule, de janeiro a julho deste ano, saldo negativo de 22,1 mil vagas, a previsão é fechar 2016 com um ritmo menor de perdas do que no ano passado. “Os números mostram que o cenário de emprego parou de piorar, o que abre espaço para uma recuperação futura”, acrescenta Suelen.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:
<http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br

Postos reajustaram preços mesmo após notificação por alta “injustificada”

22/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Cerca de 50 estabelecimentos foram notificados pelo Procon no início do mês, mas preços médios em Curitiba continuaram subindo na sequência

Os preços médios da gasolina e do álcool em Curitiba subiram mesmo depois de o Procon ter notificado cerca de 50 postos de combustíveis que, segundo o órgão de defesa do consumidor, teriam elevado os preços de maneira injustificada.

Os estabelecimentos foram notificados em 1.º de setembro. Na semana anterior (de 21 a 27 de agosto), o preço médio da gasolina na cidade era de R\$ 3,43 por litro, segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) feita com 39 postos.

Na semana em que houve a notificação (de 28 de agosto a 3 de setembro), o valor médio apurado pela ANP chegou a R\$ 3,55 por litro. Na sequência, no intervalo entre 4 e 10 de setembro, houve nova alta, para R\$ 3,59. Entre os dias 11 e 17, o preço médio do litro recuou para R\$ 3,55.

Nessas quatro semanas, o preço máximo da gasolina encontrado pela ANP quase não mudou, ficando entre R\$ 3,69 e R\$ 3,70 por litro. O mínimo oscilou entre R\$ 3,18 e R\$ 3,37.

Etanol

O litro do etanol, que custava em média R\$ 2,47 na semana anterior à notificação, subiu para R\$ 2,55 e depois para R\$ 2,60. Mais recentemente, baixou para R\$ 2,57, segundo os levantamentos da agência reguladora.

Desde o fim de agosto, os preços mínimos do combustível de cana variaram entre R\$ 2,27 e R\$ 2,29, enquanto os valores mais altos ficaram entre R\$ 2,70 e R\$ 2,79, conforme a ANP.

Defesa em análise

No início do mês, gerentes de postos que reajustaram preços – entre 20 e 40 centavos por litro, na maioria dos casos – disseram estar repassando aumentos que vieram das distribuidoras de combustíveis.

Os estabelecimentos notificados tinham dez dias corridos, a contar de 2 de setembro, para apresentar sua defesa ao Procon, que no momento está analisando as respostas enviadas pelos estabelecimentos.

“Se entendermos que não houve justificativa [para o aumento de preços], eles estarão sujeitos a multa”, diz Cláudia Silvano, coordenadora do Procon.

A multa pode variar de R\$ 600 a R\$ 8 milhões, de acordo com uma fórmula que considera fatores como a capacidade econômica do infrator, se ele é reincidente ou não e o número de consumidores prejudicados.

Ministro nega que governo tenha desistido de propor reforma trabalhista

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, negou a suspeita de que o governo do presidente Michel Temer tenha desistido de propor uma reforma trabalhista ao Congresso Nacional. A declaração foi dada após ele participar de mais uma edição do Fóruns Estadão – Brasil Competitivo que, nesta edição, aborda questões trabalhistas.

A especulação sobre a possibilidade de desistência do projeto ganhou força após comentários do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha e também de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de terça sobre jornada de trabalho.

Na segunda-feira, o ministro Padilha afirmou que a reforma trabalhista vai acontecer “naturalmente”, sem precisar do envolvimento do Executivo. Na ocasião, Padilha citou projetos de lei que já estão em tramitação no Congresso e processos em curso no Judiciário que tratam de questões como a terceirização do trabalho, ao dizer que o governo não precisa abrir frente nesse assunto.

Na terça, o STF julgou constitucional a jornada do bombeiro civil com 12 horas de trabalho para 36 horas de descanso, abrindo jurisprudência acerca da flexibilização de regra trabalhistas.

Questionado se o governo desistiria de enviar a reforma a partir de decisões importantes como essa, Nogueira afirmou apenas que não comenta decisões do STF. "Os assuntos que dizem respeito à legislação trabalhista nós estamos construindo, conversando com sindicatos, trabalhadores e empregados", disse, na entrevista à imprensa há pouco.

No seu discurso na edição desta quarta do Fórum Estadão, o ministro anunciou que a proposta de mudanças na legislação trabalhista deve ser enviada ao Congresso Nacional no segundo semestre do ano que vem. Anteriormente, Nogueira vinha dizendo que a reforma seria apresentada ainda neste ano.

"Precisamos fazer uma coisa de cada vez. A prioridade agora é resolver a questão do maior déficit fiscal da história do País. Não dá para resolver tudo de forma apressada. A orientação do presidente Michel Temer é que a sociedade participe do debate. Nesse primeiro momento, a prioridade é o déficit fiscal, mas a atualização da legislação trabalhista é uma necessidade", afirmou em conversa com jornalistas após sair do palco.

O ministro voltou a dizer que nenhum trabalhador vai perder direitos e que o objetivo do governo é modernizar a legislação. Em uma crítica ao governo Dilma Rousseff, ele afirmou que a verdadeira ameaça de perda de direitos ocorreu até maio, lembrando que só em 2015 foram destruídas mais de 1,5 milhão de vagas de trabalho.

Questionado se, enviando a proposta de reforma trabalhista no segundo semestre de 2017, será possível aprovar o projeto ainda no governo Temer, o ministro tergiversou. "Os governos são transitórios, nós precisamos pensar o Brasil da próxima geração, não podemos pensar em ações pontuais e imediatas", afirmou.

Polêmica

Ronaldo Nogueira disse que o governo do presidente Michel Temer não vai suprimir nenhum direito dos trabalhadores. No discurso durante a edição do Fórum Estadão Brasil Competitivo, ele citou a polêmica gerada com estudos que o governo estaria fazendo para ampliar a jornada de trabalho para 12 horas diárias.

"Jamais defendi qualquer supressão de direitos, tampouco um aumento de jornada diária de trabalho para 12 horas, o que seria um verdadeiro disparate", afirmou Nogueira em discurso. Ele destacou que o governo não vai propor aumento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, que não haverá supressão do 13º salário, FGTS, férias remuneradas, repouso semanal remunerado e "muito menos" o fim do aviso prévio indenizado ou do vale transporte e refeição.

"A orientação do presidente Michel Temer é muito clara, é de preservar direitos. Pois direito não se revoga, direito você aprimora", afirmou Nogueira. O ministro disse que o governo Temer é "preocupado" com o trabalhador.

Rebatendo a tese que ele teria sugerido o estabelecimento de uma jornada de trabalho diária de 12 horas, ele afirmou que ninguém de bom senso faria a proposta.

Garantia na Constituição

O professor de Direito da USP, Nelson Mannrich, afirmou que o País não precisa de uma nova lei que trate sobre a prevalência dos acordos coletivos sobre a legislação trabalhista, pois esse mecanismo já está previsto na Constituição. "Não precisaríamos de uma lei do negociado sobre o legislado.

A constituição já reconhece os acordos coletivos, mas falta espaço para os atores negociarem.”

Para Mannrich, o grande problema é a falta de legitimidade dos sindicatos, porque muitas categorias não vão ter força para pleitear com as empresas. Segundo ele, por esse motivo, muitas vezes o Tribunal Superior do Trabalho não reconhece os acordos e, por isso, defende uma reforma sindical.

“Quando o TST não reconhece o acordo coletivo, reflete a falta de legitimidade que esses atores têm, o que leva à necessidade de uma reforma sindical. Nós precisamos avançar nesse sentido.”

França

O pesquisador da Universidade de Paris Nicolas Chenevoy destacou em São Paulo que a reforma trabalhista aprovada neste ano na França valorizou os acordos coletivos entre empresas e sindicatos ou até mesmo entre companhias diretamente com seus trabalhadores.

Ele salientou que a proposta colocada em prática a partir de agosto deste ano no País coloca o governo para acompanhar e controlar as empresas, além de proteger o trabalhador. “O governo tem missão de controlar e acompanhar as empresas, não só de oferecer proteção ao empregado”, disse o pesquisador, durante o Fórum Estadão Brasil Competitivo, na sede do Grupo Estado.

Para ele, as negociações coletivas são mais eficientes em determinar as relações de trabalho diante das mudanças tecnológicas que afetam o mercado. “O problema hoje é adaptar o marco jurídico à mesma velocidade que as transformações introduziram ao mercado frente às novas tecnologias”, disse. Para ele há uma dupla constatação na nova legislação trabalhista francesa: uma proteção aos trabalhadores e um asseguramento às empresas.

Ele citou mudanças introduzidas na lei, como a determinação de, no máximo, 48 horas semanais para os empregos nas empresas. O termo ainda pode ser adaptado por acordos entre sindicatos e empregados. “A mudança era colocada como necessária para oferecer aos trabalhadores melhores condições e uma flexibilização para satisfazer necessidades da revolução digital, que não tem precedentes”, relatou.

Chenevoy também comentou as reações populares que ocorrem contra a reforma no país e falou que, apesar das polêmicas, as regras aprovadas cumprem com a ordem pública e social. Segundo o pesquisador, em dois anos todos os trabalhadores da França estarão adaptados à nova legislação.

Alemanha

No mesmo evento no Grupo Estado, o pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Daniel Samaan, contou a experiência da Alemanha com reformas trabalhistas nos últimos anos. Ele lembrou que o país tem uma longa história de diálogo com os trabalhadores e seus representantes e apontou que, antes das reformas, a Alemanha sofria com uma taxa de desemprego de quase 10%.

Baseado na literatura existente sobre o conjunto de reformas, conhecidas como Leis Hartz, em função de seu propositor ter sido Peter Hartz, Samaan fez algumas avaliações sobre as mudanças adotadas a partir de 2003. As alterações no funcionalismo público e nos programas de treinamento foram consideradas um sucesso, ao passo que as mudanças em benefícios sociais incentivaram muitas pessoas a voltarem para o mercado de trabalho.

A taxa de desemprego geral caiu consideravelmente, mas a redução no desemprego de longo prazo ficou aquém do esperado. Ao mesmo tempo, o impacto social das

reformas foi criticado, com alguns autores apontando que a economia alemã se tornou mais desigual, com maior risco de pobreza.

Falando sobre reformas trabalhistas de modo geral, ele comentou que elas não podem ser uma resposta a crises econômicas, mas sim tentativas de resolver problemas estruturais do mercado de trabalho. "As reformas trabalhistas não evitam crises e desemprego, mas podem ajudar a mitigar seus efeitos negativos, como trabalhos de curto prazo e maior flexibilização nas jornadas, por exemplo", comentou.

Segundo ele, quando se busca uma reforma desse tipo ela deve abranger vários aspectos conjuntamente, mas tem de ser desenvolvida e implementada com muito cuidado, porque o mercado de trabalho está no centro da economia e afeta a produtividade, distribuição de renda e demanda agregada, além das dinâmicas sociais.

No caso da Alemanha, as quatro etapas das reformas Hartz alteraram o funcionalismo público, reduziram direitos sociais e ampliaram as exigências para que o trabalhador tivesse acesso a alguns benefícios.

"Não foi algo fácil, houve muita polêmica, porque aumentou o risco de o trabalhador 'cair do penhasco'. Antes o seguro-desemprego durava mais de 24 meses, e depois foi reduzido para 12 meses. Se você não acha um trabalho nesse prazo, sua renda vai cair consideravelmente", apontou.

O pesquisador da OIT apontou ainda que o mercado de trabalho alemão foi beneficiado por outros fatores nos últimos anos, além das reformas. A economia como um todo cresceu em um ritmo forte e a demanda externa também ajudou bastante.

Além disso, existem questões demográficas, já que com o envelhecimento da população há mais gente saindo da força de trabalho do que entrando, o que reduz naturalmente a taxa de desemprego.

Economia não suportará esperar reforma trabalhista só em 2017, diz Gandra

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, disse que a reforma trabalhista é urgente e que a economia do País não suportaria esperar as mudanças até o segundo semestre de 2017. Na edição do Fórum Estadão Brasil Competitivo, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou que o governo federal decidiu enviar a modernização trabalhista na segunda metade do ano que vem.

"Acho que a economia não suportaria. Tenho impressão que não é necessária uma ampla reforma de toda a legislação, basta que se prestigie mais a negociação coletiva", disse o ministro, durante entrevista concedida à imprensa antes de começar sua palestra no evento. Ao abrir seu discurso do Fórum, ele repetiu o argumento.

Gandra disse que segue a afirmação dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, na segunda-feira, 19, quando disse que os projetos em tramitação no

Congresso e os processos a serem julgados na Justiça já são a base para a reforma trabalhista.

“Temos as duas principais questões trabalhistas no Supremo, que é a negociação coletiva e a terceirização”, disse o presidente do TST. Para ele, o Supremo Tribunal Federal daria um ambiente jurídico mais claro ao julgar os processos sobre terceirização e já deu sinalizações a cerca da negociação coletiva. “Há quem diga que essas sinalizações ainda dão margem à discussão. Eu tenho visão diferente, a sinalização (do Supremo) é clara”, afirmou.

Trabalho intermitente tem apoio do comércio

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Mais da metade dos empresários do setor de comércio e serviços aprova a regulamentação do trabalho intermitente, aquele no qual o trabalhador é remunerado por horas trabalhadas ou por produtividade. A maioria também acredita que esse novo formato de contrato resultaria, num curto espaço de tempo, em aumento do emprego.

Essa é a principal conclusão de uma pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo SPC Brasil. A enquete ouviu 822 empresários do setor no País, de empresas de todos os tamanhos, na primeira quinzena de agosto.

A pesquisa revela que 53,7% dos empresários consideram a regularização do trabalho intermitente como ótima ou boa e 54,6% acreditam que a normatização desse novo modelo de contrato de trabalho resultaria no aumento do emprego.

“O trabalho intermitente com jornada flexível é um avanço e traz para dentro das empresas uma realidade vivida hoje pela sociedade”, afirma o presidente da CNDL, Honório Pinheiro. Ele observa que essa mudança seria muito favorável aos varejistas que, por causa de datas sazonais, por exemplo, têm necessidades diferenciadas de mão de obra ao longo do ano.

Nas contas do presidente da CNDL, levando-se em conta a regulamentação do trabalho intermitente e da terceirização, o emprego no comércio poderia ser ampliado em 1,1 milhão de vagas numa tacada só, se cada varejista admitisse um trabalhador por loja nesse novo sistema. Pinheiro diz que o varejo emprega 19 milhões de trabalhadores. Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), admite que na área de comércio daria para fazer alguns aprimoramentos.

“Temos uma legislação sobre jornada de meio período que não é usada de forma adequada.” Ele ressalta que não há nenhuma convenção coletiva dos comerciários sinalizando esse caminho, mas há disposição por parte do sindicato de negociar com as empresas contratos com jornada de meio período para pessoas da terceira idade e jovens, por exemplo. “Esses são grupos muito afetados pelo desemprego.”

A prerrogativa do sindicato é que esses trabalhadores não ganhem menos de um salário mínimo. Muitas vezes, diz Patah, essas novas modalidades de contrato de trabalho são usadas para diminuir a remuneração.

Terceirização

Um resultado da pesquisa que chama atenção é que, apesar de a maioria (61,3%) dos entrevistados considerar a regulamentação da terceirização uma boa iniciativa, apenas 21,3% dos empresários afirmaram que contratariam trabalhadores nessa condição.

Na terceirização, os empresários contratam outras empresas para executar serviços específicos, sem que se configure vínculo entre a empresa contratante e os trabalhadores da empresa contratada. A pesquisa mostra também que 22,7% dos

empresários consideram a terceirização ruim. Entre os fatores negativos estão o fato de o trabalhador terceirizado não se sentir parte da empresa (8,8%) e o risco de que a qualidade do serviço não seja boa (8,4%).

Para economistas, indexação dificulta queda do IPCA

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Na avaliação dos economistas, a resistência dos preços dos serviços é um dos fatores que pode retardar o cumprimento do centro da meta de inflação, prevista para 4,5% em 2017.

“A indexação ainda é muito forte na economia brasileira”, afirma o economista Fabio Silveira, sócio-diretor da consultoria MacroSector. Silveira observa que vários contratos de prestação de serviços são corrigidos pela inflação passada. Isso deve dificultar a convergência da inflação para o centro da meta no ano que vem. A consultoria projeta que a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 6% em 2017. Para este ano a projeção é 7,2%.

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, concorda com Silveira, da MacroSector. “A resistência da inflação de serviços é um dos obstáculos para que se atinja a meta em 2017”, observa Romão.

Ele calcula que o IPCA de 2017 deve ficar em 5,2% e a inflação de serviços tende a recuar para 6,4%. A desaceleração dos serviços para 2017 prevista pelo economista será de 0,7 ponto porcentual, um ritmo mais lento que o registrado este ano que, nas suas contas, terá um recuo de um ponto porcentual.

“A desaceleração dos serviços deve ser mais lenta ao longo do ano que vem, porque haverá uma melhora da atividade e da renda. Conforme a confiança for melhorando e a atividade ganhando corpo, ainda que gradualmente, é natural que o ritmo de desaceleração dos serviços vá se reduzindo”, afirma Romão.

A esses fatores, o economista acrescenta mais um obstáculo ao cumprimento do centro da meta no ano que vem: a alta dos preços administrados, aqueles cujo reajuste é autorizado pelo governo, como água, energia, ônibus.

Para 2017, o economista da LCA projeta uma alta de 5,7% dos preços administrados, que devem subir 6,5%, depois da alta extraordinária de 18% em 2015. Diante dos últimos anos, o reajuste dos preços administrado esperado para este ano e o próximo pode parecer pequeno. Mas, entre 2008 e 2014, a média dos reajustes do setor foi 3,7% ao ano.

Confiança do Comércio avança 1,5% em setembro ante agosto, diz CNC

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os comerciantes ficaram mais otimistas em setembro. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) avançou 1,5% em relação a agosto, para 93,5 pontos, informou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na comparação com setembro do ano passado, a alta foi de 14,8%. Todos os componentes que integram o índice apresentaram melhora nas duas bases de comparação. O resultado, porém, ainda permanece abaixo da zona de indiferença, de 100 pontos, ponderou a CNC.

“Ainda não é possível afirmar que a recuperação do comércio ocorrerá em breve. O ritmo da queda nas vendas vem diminuindo, mas ainda não indica um aquecimento do varejo. As condições do mercado de trabalho e o crédito caro ainda são um entrave

para a retomada do consumo e conseqüentemente das vendas”, avaliou a economista Izis Ferreira, da CNC, em nota oficial.

A percepção sobre as Condições Atuais alcançou 53,2 pontos em setembro, uma elevação de 25,4% em relação ao mesmo mês de 2015 e aumento de 6,3% ante agosto.

O componente que mede as Intenções de Investimento registrou 83,4 pontos, um aumento de 0,5% ante agosto e avanço de 3,9% ante setembro do ano passado.

O único componente do Icec acima da zona de indiferença é o que mede as Expectativas, que chegou a 144 pontos em setembro, com alta de 1% ante agosto e um salto de 18,3% em relação a setembro de 2015.

Brasil terá maior queda entre as grandes economias

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil terá, em 2016, a maior contração entre as grandes economias do mundo e a queda deve continuar em 2017. Relatório publicado na quarta-feira, 21, pela Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) aponta que a queda do PIB será de 3,2%.

No geral, o PIB mundial deve ter uma expansão de 2,3%, abaixo do desempenho de 2015 e revelando a fragilidade das estratégias de retomada do crescimento da economia mundial.

“A expectativa é de uma queda no crescimento nos EUA que pode ficar, pela primeira vez em sete anos, abaixo daquele da União Europeia. Enquanto isso, no Japão, persiste a estagnação. No Reino Unido, a recente recuperação será negativamente afetada pelo Brexit.”

Entre os emergentes, a expansão será de apenas 3,8%, a mais baixa desde 2009. “A perda de dinamismo econômico nas economias avançadas está afetando os países em desenvolvimento, que vão crescer, em média, menos de 4% este ano, cerca de 2,5 pontos percentuais abaixo da taxa alcançada durante o período pré-crise”, indicou a ONU.

Entre as dez maiores economias do mundo, apenas a do Brasil e a da Rússia sofrerão uma contração.

No caso de Moscou, ela será de 0,2%, depois de uma queda de 3% em 2015. Para a economia brasileira, os dados revelam três anos de contração ou praticamente de estagnação.

Em 2014, o desempenho do PIB apontou para um aumento de apenas 0,1%. No ano seguinte, a queda foi de 3,8%, o que também colocou o Brasil como tendo o pior desempenho entre as maiores economias do mundo.

Agora, mais uma queda deve ser registrada. A situação do Brasil está inclusive afetando as demais economias da região latino-americana.

Fiat entra na era dos motores tricilíndricos com o Uno 2017

22/09/2016 – Fonte: Jornal O Globo



A Fiat trava uma batalha para recuperar a liderança do mercado brasileiro, hoje nas mãos da General Motors. A marca de Betim tentou um contra-ataque com o Mobi para rejuvenescer a gama e aumentar o alcance, mas o resultado foi “fogo amigo” para cima do Uno.

Assim, dois anos após a última plástica, o veterano compacto já tem que mudar novamente. E a guaribada no visual tem uma bela justificativa: a estreia da linha de motores Firefly.

Por fora, o Uno é quase o mesmo. Fora a dianteira, que perde os “três quadradinhos” característicos do logotipo do carro e ganha grade inteiriça, que liga um farol ao outro, a cirurgia estética passaria despercebida. Os aspectos mais importantes estão mesmo sob o capô. São dois novos propulsores: 1.0 de três cilindros e 1.3 de quatro cilindros. Suas características transformam o Uno, novamente, em um bom competidor.

Ambos os motores são da mesma família, têm bloco de alumínio e duas válvulas por cilindro. Diâmetro e curso são idênticos. A diferença é que o 1.3 tem um “cilindro extra”...

TAMANHO É DOCUMENTO?

Não para esses motores. Nenhum dos dois apresenta números impressionantes. Mas, na comparação com rivais, os Firefly (“vaga-lume”, em inglês) crescem. O 1.0, por exemplo, é o motor aspirado com torque mais alto à venda no Brasil, quando comparado a rivais de igual cilindrada. São 10,9kgfm com álcool e 10,4kgfm com gasolina. Já a potência máxima não impressiona: 77cv e 72cv, respectivamente.

O 1.3 consegue incomodar até alguns rivais maiores. Tem 101cv de potência e 13,7kgfm de torque com gasolina e 109cv e 14,2kgfm quando bebe álcool. São números superiores aos do motor 1.4 do Chevrolet Onix, por exemplo.

A opção de utilizar apenas duas válvulas por cilindro — em vez de quatro, como dita a tendência mundial — certamente levou em conta os custos de produção. Segundo a Fiat, contudo, a principal vantagem foi reduzir o atrito e o peso, e alcançar índices menores de consumo.

Esse também é o objetivo do sistema start-stop, que equipa todas as versões com o motor 1.3. O resultado foi a classificação “A” de ambos na etiquetagem veicular do Inmetro.

RECHEIO NO CAPRICO

As mudanças internas são tímidas. O quadro de instrumentos é o mesmo, mas com novos grafismos. No centro do painel está a nova central multimídia, com tela de 6,2 polegadas. As imagens da câmera de ré (opcional), que antes eram projetadas no retrovisor, agora são exibidas ali.

Todas as versões vêm com direção elétrica de série e função "City", que alivia o peso do volante para manobras em velocidades baixas. O ABS ganha funções extras além de evitar o bloqueio dos freios: passa atuar como parte dos controles de tração e estabilidade (opcionais em todos os Uno com caixa manual, e de série nos equipados com câmbio automatizado Dualogic). Nos Dualogic, aliás, o retrovisor direito muda de ângulo automaticamente para facilitar as manobras.

Em preços, o Fiat Uno subiu um degrau para se distanciar um pouco do Mobi. O Uno mais barato é o Attractive 1.0, que sai por R\$ 41.840. Com esse mesmo motor, a versão "aventureira" Way custa R\$ 42.970. Já as versões 1.3 partem de R\$ 47.640 na Way manual, chegando aos R\$ 53.690 da Sporting Dualogic.



Uno Sporting. Sai de cena o motor Fire Evo 1.4 e entra o Firefly 1.3. A potência pulou de 88cv para 109cv. Controle eletrônico de estabilidade entra em cena –

Modernidade era algo que passava longe dos motores usados pela Fiat no Brasil. A linha E.Torq vem de 1997, enquanto o Fire nos leva ao longínquo 1985. Por isso, os motores Firefly — que a Fiat considera globais — ganham relevância. E como a moda é ter três cilindros, decidimos começar o teste do Uno renovado pelo 1.0.

A primeira impressão é positiva. O torque em baixa mostra que o pequeno motor tem fôlego. Já acorda bem disposto, e basta cutucar o acelerador para sair com certo vigor. Parte disso se explica pelo uso de duas válvulas por cilindro, o que favorece o torque em baixas rotações. No entanto, pela mesma razão, as ultrapassagens já não são tão vigorosas. Com o motor girando alto, o Uno 1.0 não mostra a mesma alegria de um VW Up!, por exemplo.

MELHORA NO 1.0 E NO 1.3

O trânsito na hora do rush favorece o Uno de três cilindros. Em relação ao velho motor Fire 1.0 de quatro cilindros (potência de 73cv/75cv a 6.250rpm e torque máximo de 9,5kgfm/9,9kgfm a 3.850rpm) nota-se um bom ganho de disposição.

No anda e para, o ímpeto do carro facilita a vida, enquanto a direção elétrica é confortável (a cada "drible" no congestionamento) e precisa (em velocidades maiores). Na última perna do passeio de apresentação, escapamos do roteiro para sentir o comportamento em subidas. Aí, o aumento de torque não salva: sentimos falta fôlego para vencer as ladeiras da capital mineira.

A VEZ DO FIREFLY 1.3

Já a bordo do 1.3, na versão Sporting manual, não falta força em momento algum. Deixado como coadjuvante na apresentação, o motor maior é esperto tanto nas arrancadas quanto nas retomadas em alta. Instiga a uma tocada mais abusada e não decepciona. A suspensão é calibrada na medida para absorver as irregularidades do piso, mas segura bem nas curvas, com o auxílio do controle de estabilidade.

Em ambas as versões, o câmbio manual deixa a desejar nos mesmos aspectos: é molenga demais, tem curso longo e encaixes pouco precisos. No entanto, ainda é opção melhor que o Dualogic.

Os trancos continuam constantes, e muito perceptíveis. São incômodos e desconfortáveis. Mas a utilização das aletas atrás do volante para trocas manuais, além de tornar a condução mais divertida, ameniza os golpes.

Ainda não dá para dizer que a Fiat briga em pé de igualdade com Chevrolet e Hyundai (que vêm dominando o mercado com Onix e HB20, respectivamente). Mas o Uno volta ao jogo, e bem. Principalmente no que diz respeito ao consumo.

Nas duas versões, rodamos com álcool no tanque e o desempenho foi melhor que o informado pela etiqueta do Inmetro. O ciclo foi inteiro na cidade: o Uno 1.0 chegou a 11,2km/l, enquanto o "irmão" 1.3 registrou 10,9km/l.

Mercedes-Benz anuncia pista de testes no Brasil

22/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Em fase de ampla reestruturação de suas operações em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, para reduzir uma ociosidade produtiva que passa de 50%, a Mercedes-Benz do Brasil anunciou na quarta-feira, 21, no Salão Internacional de Veículos Comerciais (IAA), que acontece na Alemanha, a construção de uma pista de testes e centro de desenvolvimento de novos produtos no País.

A companhia aproveitou as apresentações à imprensa internacional dos novos veículos e tecnologias que vão revolucionar o atual sistema de transporte global para fazer o anúncio.

Em construção na cidade de Iracemápolis (SP), ao lado da fábrica de automóveis que o grupo inaugurou neste ano, a pista, com 1,3 milhão de metros quadrados será a maior e mais completa do hemisfério sul, informou o presidente da Mercedes do Brasil, Philipp Schiemer. O projeto recebeu investimento de R\$ 70 milhões e será inaugurado no fim de 2017 para testes de caminhões e ônibus, hoje feitos em pistas e áreas alugadas.

"Apesar da turbulência que estamos passando no mercado brasileiro, o maior da marca no mundo, esse investimento é um sinal de que continuamos acreditando no Brasil", disse o executivo. A pista também será usada para testes internacionais que vão, por exemplo, ajudar a adaptar produtos locais que serão exportados para países com condições de tráfego diferentes do Brasil, como África e Oriente Médio, com quem a unidade quer ampliar negócios.

Elétricos

Durante um painel do evento, o presidente global da área de caminhões da Mercedes-Benz, Stefan Buchner, disse que, no longo prazo, as fábricas do grupo no Brasil poderão produzir veículos elétricos, mas isso vai depender da demanda por esse tipo de produto, bem mais caro que o tradicional, e de mudanças na legislação local, por exemplo no sentido de proibir a circulação de veículos de grande porte nos grandes centros urbanos, a exemplo do que ocorre na Europa.

"A tendência para o Brasil ainda é o diesel, mas se ocorrerem mudanças poderá haver uma rápida reação voltada aos elétricos e poderemos oferecer esses produtos em nossas plantas no País", disse o executivo.

Para Schiemer, presidente da Mercedes do Brasil, porém, há um grande passo a ser dado nos próximos anos, já que o País tem uma situação paradoxal. "Primeiro será preciso tirar das ruas os caminhões com mais de 20 anos", que representam cerca de 30% da frota atual. As montadoras brasileiras vão levar novamente ao governo federal pedido para a retomada do projeto de renovação da frota antiga de veículos.

O IAA, realizado a cada dois anos em Hannover, abre as portas ao público hoje, a maioria formada por frotistas e empresários do ramo de transporte. O evento, em sua 66a edição, tem mais de 2 mil expositores e vai até dia 29. A versão do evento deste

ano está focada no lançamento comercial, a partir do próximo ano, de veículos comerciais 100% movidos a eletricidade.

Brasil e Paraguai avançam por acordo automotivo

22/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Os governos de Brasil e Paraguai firmaram um compromisso para avançar na elaboração de um acordo automotivo a fim de ser concluído ainda neste ano. O pacto foi firmado em reunião entre o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, e o ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Gustavo Leite, na embaixada paraguaia em Brasília na terça-feira, 20, a partir do encontro promovido pelo embaixador paraguaio, Manuel Maria Cáceres.

As equipes técnicas negociadoras dos dois países se encontram nesta quarta-feira, 21, para dar continuidade às negociações.

Em comunicado, o MDIC informa que em vista da importância do acordo entre Mercosul-União Europeia, o ministro Gustavo Leite reafirmou a disposição do Paraguai em avançar nas negociações.

O ministro brasileiro espera que no próximo encontro do Comitê de Negociações Birregionais, marcado para a segunda semana de outubro, em Bruxelas, na Bélgica, haja avanços significativos.

“O fortalecimento da relação com o Paraguai, bem como todos os países do Mercosul, mostra que a região vive um novo momento e que é preciso aproveitar todas as oportunidades de negócios”, disse Pereira.

Leite afirmou que cabe ao Brasil a liderança regional por seu tamanho e por sua força. Ele destacou que o País passa por grandes transformações econômicas e sociais e que há grande potencial para acordos comerciais. “Um bom acordo é aquele em que todos ganham”, ressaltou.

Outra iniciativa que deve ser concluída ainda em 2016 é a implantação do Certificado de Origem Digital (COD), nos moldes do acordo celebrado no mês passado com a Argentina.

O objetivo é facilitar a vida das empresas brasileiras e paraguaias no intercâmbio bilateral, com redução de custos e prazos para emissão de certificados de origem.

O Paraguai é um dos fundadores do Mercosul ao lado de Brasil, Argentina e Uruguai. No primeiro semestre de 2016, a corrente de comércio entre Brasil e Paraguai foi de US\$ 1,5 bilhão, queda de 11% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Atualmente, o país vizinho ocupa a 24ª posição como destino das exportações brasileiras.

22/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Enquanto projeções indicam que o mercado global de caminhões acima de 6 toneladas de peso bruto total (PBT) deve crescer em torno de 3% este ano, para 2,8 milhões de unidades vendidas no mundo todo, o Brasil – seguido em menor escala pela Rússia – continua a ser a maior fonte de preocupação do setor em citações sobre o País no IAA Commercial Vehicles, maior e mais importante salão de veículos comerciais e componentes, que acontece a cada dois anos em Hannover, Alemanha, nesta edição de 22 a 29 de setembro.

O mercado brasileiro de caminhões enfrenta seu terceiro ano seguido de queda acentuada, este ano a retração esbarra nos 30% e as vendas mal devem passar de 50 mil veículos, deixando as fábricas com ociosidade superior de 50%.

“Brasil e Rússia permanecem sendo causas de preocupação. A demanda nesses países é muito baixa e não há sinal de melhora no horizonte”, avalia Matthias Wissmann, presidente da associação da indústria automotiva alemã, a VDA, que reúne fabricantes de veículos e autopeças do país e organiza o salão de comerciais em Hannover.

“O atual ministro da Fazenda (Henrique Meirelles) parece ter visão clara sobre os ajustes necessários a fazer para tirar o Brasil dessa severa recessão, com estabilidade fiscal e econômica. Mas no momento não vemos sinais de recuperação. Será necessário tempo para implantar as mudanças necessárias e políticas estratégicas”, acrescentou o dirigente em entrevista coletiva poucos dias antes da abertura do IAA Hannover.

POTENCIAL MAIOR

Wissmann compartilha da expectativa que em 2017, ao menos, o mercado deve parar de cair. “Será um ano melhor para o Brasil e seu setor de veículos comerciais, com mudanças macroeconômicas causando impacto no mercado. Mas há ainda um longo caminho pela frente”, avaliou.

O que todos concordam é que o atual volume de vendas está muito abaixo do potencial do País, mesmo sem contar com os fatores extraordinários que provocaram crescimento insustentável, como a mudança de legislação de emissões em 2012 que provocou antecipação de compras e o recorde histórico pouco acima de 170 mil unidades vendidas.

“O tamanho real do mercado brasileiro deve ser pelo menos três vezes maior que o atual, em torno de 120 mil a 130 mil caminhões por ano”, avalia Roberto Cortes, presidente da MAN Latim America, que vem trabalhando com a fábrica de Resende em ociosidade superior a 50%, mas que passaria de 70% sem a redução da jornada para apenas um turno e ajustes no contingente de mão de obra.

Philipp Schiemer, presidente da Mercedes-Benz do Brasil, tem opinião parecida: “Se considerar que o País tem uma frota de 3 milhões de caminhões e muitos deles com mais de 20 anos de idade, só a renovação consumiria 250 mil unidades. Mas um

mercado de 150 mil/ano seria perfeitamente possível”, afirma. Segundo ele, a fábrica de São Bernardo do Campo (SP) tem ociosidade superior a 60% no momento, com apenas um turno de trabalho e várias paradas: “Nos últimos 12 meses foram mais de 150 dias parados e tínhamos 1,8 mil funcionários em licença”, diz.

Com o último PDV aberto e o pagamento de R\$ 100 mil para quem quisesse sair independentemente do tempo de casa, a empresa conseguiu uma redução de pouco mais de mil pessoas demitiu cerca de 350 para alcançar o acordo com o sindicato de cortar 1,4 mil empregados. Em outubro deve começar um novo regime de layoff, suspensão temporária do contrato de trabalho por seis meses, do excedente que a planta ainda tem.

Cortes e Schiemer também concordam com o cenário que favoreceria a formação de um mercado com esses volumes acima de 100 mil/ano. “É preciso que os juros caiam e mais disponibilidade de crédito, com possibilidade de se financiar 100% do valor do bem”, defende Cortes. “Não quero subsídio, mas apenas um custo de capital razoável, que justifique o investimento de quem quer comprar um caminhão, para estimular a compra”, reforça.

Outro fator seria a adoção de um programa de renovação de frota: “Não há recursos (para garantir o financiamento dos caminhões), por isso acho difícil acontecer. Mas é possível incentivar a renovação começando de forma mais simples, por exemplo, com a taxa de veículos mais velhos.

Aqui eles pagam menos impostos que os novos, isso não faz sentido”, pondera Schiemer. Na quarta-feira, 21, os fabricantes de veículos representados pela Anfavea entregaram ao governo novamente uma proposta de renovação de frota, com esperança que desta vez seja colocado em prática, pois não necessitaria de recursos do governo.

Seja como for, Schiemer avalia que nada acontecerá no mercado de caminhões sem crescimento econômico. “Crédito e renovação de frota certamente ajudam muito, mas se a economia não voltar a crescer fica tudo parado. Existem sinais de retomada e de aumento da confiança, mas ainda fracos, as coisas têm de começar a acontecer de fato”, diz.

“O Brasil enfrenta tempos difíceis, é um mercado importante e por isso é preocupante o que está acontecendo. Mas bons sinais de recuperação têm chegado nos últimos dias”, avaliou Andreas Renchler, presidente da Volkswagen Truck & Bus, a divisão criada há um ano pelo Grupo VW para abrigar suas fabricantes de veículos comerciais (MAN, Scania, Volkswagen Caminhões e Ônibus e Volkswagen Veículos Comerciais).

PROJEÇÕES GLOBAIS

De acordo com o mapa de projeções para o mercado global de caminhões acima de 6 toneladas de PBT em 2016, as maiores contribuições para o esperado crescimento de 3% nas vendas mundiais devem vir da China e Europa Ocidental.

O mercado europeu vem crescendo desde 2014, passando de 227 mil unidades vendidas naquele ano para 259 mil em 2015, em vigorosa expansão de 14% e perspectiva de avançar mais 8% em 2016, para 280 mil. “O desempenho reflete a recuperação econômica na Europa Ocidental, mas o crescimento já é mais lento agora”, avalia Wissmann, da VDA.

Na China, as vendas voltaram a crescer após expressivas retrações entre 2014 e 2015, quando o mercado desceu a 761 mil caminhões acima de 6 toneladas. Este ano as estimativas apontam para incremento de 12%, para 841 mil unidades.

“Após dois anos de queda os chineses voltam a se recuperar. É um bom sinal, mas o volume ainda está distante do recorde (de 1,3 milhão em 2010)”, afirma o presidente da VDA.

Nos Estados Unidos, após seis anos seguidos de crescimento, o mercado de caminhões deve cair 15% este ano, de 449 mil unidades em 2015 para esperadas 383 mil em 2016, o que Wissmann considera um resultado “normal” após o longo período de expansão.

“Como se vê, esperamos crescimento no total, mas o mundo é bastante diverso, com expansão de dois dígitos percentuais em alguns mercados importantes e situação dramática em outros, como o Brasil”, pondera Wissmann.

Déficit nas autopeças passa de US\$ 3 bi

22/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A balança comercial de autopeças acumula de janeiro a agosto um déficit de US\$ 3,31 bilhões. O número, porém, é 23,5% menor que o anotado nos mesmos oito meses de 2015.

O levantamento foi feito pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas) a partir de dados fornecidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

As exportações caíram 16% no confronto com o mesmo período do ano passado e as importações foram 19,4% menores. Os componentes enviados pelo Brasil para 174 mercados somaram US\$ 4,35 bilhões. As compras vieram de 155 países e alcançaram US\$ 7,7 bilhões.

A Argentina ainda ocupa o primeiro lugar na lista de destinos das exportações, com US\$ 1,2 bilhão em componentes enviados, mas queda de 30,8% ante o mesmo período do ano passado. Para os Estados Unidos, segundo maior comprador do Brasil, os embarques totalizaram US\$ 710,4 milhões e queda de 15,2%.

No caminho oposto, as importações, os EUA se mantêm firmes no topo da lista. Enviaram de janeiro a agosto mais de US\$ 1 bilhão em componentes ao Brasil.

O número é 13,6% menor que o anotado no mesmo período de 2015. A Alemanha permanece como segundo maior fornecedor, com US\$ 850,6 milhões e retração de 8,3%. Terceira colocada, a China vendeu ao País US\$ 777,4 milhões em componentes, 22,7% a menos que em igual período de 2015.

Japão e Coreia do Sul ocupam o quarto e quinto lugares entre os maiores fornecedores. Na lista dos 20 principais fornecedores ao Brasil, os dois países registram as maiores quedas (33,7% e 34,5%, respectivamente) no confronto com o mesmo período do ano passado.

Geração Y busca carro mais ecológico, aponta Nissan

22/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Enquanto os veículos com propulsão alternativa são utopia para alguns, para a Geração Y, ou Millennial, o carro ecológico, com menor impacto ambiental, é uma necessidade – pelo menos nos mercados mais maduros.

Esta é uma das conclusões de pesquisa divulgada pela Nissan e realizada na Europa com 2,5 mil pessoas com idade de 18 a 34 anos. Mais de 75% dos entrevistados acreditam que um automóvel sustentável é a melhor escolha para tornar suas vidas mais corretas ecologicamente.

O levantamento indica que o meio ambiente é uma preocupação importante para parcela grande dos participantes. Segundo a montadora 53% declararam estar preocupados com as mudanças climáticas e 42% com a poluição do ar. Dos entrevistados, 62% desejam mudanças para ajudar na solução destes problemas, como buscar por fontes limpas de energia. Parcela de 53% declara apoiar marcas comprometidas com o meio ambiente.

“Sempre soubemos que os millennials são a geração desafiadora, mas nosso estudo europeu também revelou que eles são os que mudarão o futuro, desejando fazer escolhas drásticas em seus estilos de vida para promover uma diferença significativa no mundo em que vivem”, aponta Gareth Dunsmore, diretor de veículos elétricos da Nissan. Segundo ele, os resultados são animadoras e reforçam a necessidade de a indústria investir em soluções mais ecológicas, capazes de engajar os millennials.

Dos jovens entrevistados, 77% possuem carro. Apesar de não terem veículos elétricos, dois em cada três participantes declararam estar propensos a comprar um híbrido nos próximos 10 anos. Mais da metade dos entrevistados disse que pretende comprar um modelo elétrico neste mesmo prazo.

FPT lança motor GNV para a América Latina em Hannover

22/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A FPT Industrial aproveita o IAA 2016, Salão Internacional do Transporte, que acontece em Hannover, na Alemanha, para lançar o motor Cursor 9 GNV (gás natural veicular) e destinado aos mercados da América Latina. Segundo a empresa, é o primeiro motor movido a combustível alternativo para o segmento pesado e que pode ser acoplado a um câmbio automatizado.

O presidente da FPT Industrial na América Latina, Marco Aurélio Rangel, destaca que a região latino-americana tem um grande potencial para receber a nova tecnologia e o executivo revela que a empresa estuda a possibilidade de produzir o novo motor em sua fábrica argentina, base exportadora para todo o continente. "Temos mercados ideais para esta tecnologia, principalmente países como Peru, Chile, Colômbia e Argentina", ressalta.

Com capacidade para funcionar com GNV, biometano ou GLP (gás liquefeito de petróleo), o consumo de combustível é mais reduzido graças a seu novo processo de combustão, mais estável e que se adapta melhor a diferentes níveis de qualidade de gás. Além disso, é cinco decibéis mais silencioso que motores equivalentes com tecnologias anteriores.

O propulsor tem equivalência em potência e torque quando comparado com sua versão a diesel, enquanto as emissões de CO2 de veículos movidos a gás natural são significativamente menores. Indicado para aplicações pesadas, coleta de lixo, transporte municipal e intermunicipal, com baixa emissão de CO2, o novo motor GNV pode ser instalado em todos os tipos de configuração de tração de caminhões pesados 4x2, 6x2 e 8x2 ou em ônibus urbanos convencionais e BRT's.

Dispensa o uso do componente EGR para recirculação de gases de escape e do SCR, para redução catalítica seletiva. No entanto, utiliza um catalisador simples de três vias localizado na extremidade do tubo de escape com uma estrutura integrada revestida por metais preciosos. Além disso, o Cursor 9 GNV possui novos injetores de combustível multiponto que permitem uma taxa de fluxo superior às versões anteriores.

A FPT trabalha com motores movidos a GNV há 25 anos, atingindo neste ano a marca de 30 mil unidades vendidas ao longo deste período. Seu portfólio para operações com o combustível alternativo inclui os motores F1C, N60, Cursor 8 e Cursor 9, com potências que vão de 136 a 400 cv, todos aplicáveis em veículos comerciais leves, caminhões médios, semipesados e pesados, além de ônibus urbanos e em máquinas agrícolas.

Novos empreendimentos vão investir R\$ 7,2 bilhões na Bahia

22/09/2016 – Fonte: CIMM

De janeiro a setembro, o governo do estado assinou 76 protocolos de intenção, investimentos da ordem de R\$ 7,2 bilhões, com a criação de 7.800 empregos. Deste total, 51 empresas serão implantadas e 25 ampliadas. O interior baiano será contemplado com 70% dos protocolos, um investimento de R\$ 6,1 bilhões e uma geração de 4.700 empregos.

O segmento de eletricidade e gás é um dos destaques. Somente a italiana Enel Green Power assinou dois protocolos este ano. Um em Brumado, para geração de energia eólica, e outro em Tabocas do Brejo Velho, para geração de energia solar. Juntos somam um investimento de R\$ 840 milhões e 860 novos empregos.

Já a Globo Brasil vai investir R\$ 245 milhões, com a geração de mais de 300 postos de trabalho. A fábrica vai produzir células voltaicas e, posteriormente, painéis solares em Camaçari.

Calçados

O segmento de calçados e componentes foi responsável pela criação de 1.150 empregos, com um investimento de R\$ 7,5 milhões fruto de protocolos assinados com a marca Susana Santos, que vai se instalar em Itapetinga, e com a Nádia Talita, que vai ampliar seus negócios em Serrinha.

Vale destacar ainda o segmento de papel e celulose, a Suzano anunciou ampliação de sua fábrica em Mucuri, no extremo sul da Bahia, com investimentos de R\$ 700 milhões e geração de 1.150 empregos diretos nas obras civis e 50 novos postos de trabalho que se somarão aos 2,4 mil já existentes naquela unidade fabril.

A Veracel - uma das gigantes do setor, controlada pela brasileira Fibria Celulose e pela sueco-finlandesa Stora Enso -, também vai ampliar e investir R\$ 700 milhões em sua fábrica de Eunápolis.

Empresas devem estar atentas às atualizações do Bloco K em 2017

22/09/2016 – Fonte:Portal Contábil

A partir de 2017 a Receita Federal do Brasil apertará o cerco e as empresas devem estar atentas à obrigatoriedade do Bloco K no âmbito do SPED. Com uma fiscalização onde o acesso aos dados estará mais otimizado, a RFB terá um maior controle sobre cada operação exercida, como da projeção do estoque de matéria-prima até o produto acabado, bem como a industrialização realizada, se fazendo necessário um melhor planejamento dos profissionais responsáveis pela área contábil da empresa.

Entretanto, o prazo varia de acordo com o faturamento anual de cada empresa, e deve ser observado da seguinte maneira: as empresas com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300 milhões, e pelas pessoas jurídicas habilitadas no Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), estarão obrigadas a entregar a escrituração a partir de 1 de janeiro de 2017, as indústrias com faturamento igual ou superior a R\$ 78 milhões ficarão obrigadas ao Bloco K somente a partir de 1 de janeiro de 2018, já para outras empresas e comerciantes atacadistas a exigência valerá a partir de 1 de janeiro de 2019.

Para as empresas que não fornecerem as informações arroladas ao Bloco K, ou as entregar com inconsistências de dados, a multa poderá chegar à soma de 1% do valor total do estoque no período, conforme artigo 527.

De acordo com Francisco Arrighi, diretor da Fradema Consultores Tributários, esta é a hora de um controle total das empresas, sejam elas industriais ou comerciais, sendo que, com este mecanismo, o Governo também terá um maior controle deste estoque em transformação na indústria.

“Considerando que tudo chega às empresas comerciais através de um NCM descrito na nota fiscal eletrônica, o Governo então passará a ter controle do que foi comprado de matéria prima após a sua transformação, e com isso, o estoque do produto acabado que será vendido com novo NCM ao comércio atacadista e varejista”, explica Arrighi.

Com todas estas mudanças, profissionais das áreas fiscais e contábeis deverão se atualizar quanto às medidas a serem tomadas, pois precisarão fornecer ao Fisco, juntamente com o SPED, todas as informações relacionadas ao estoque, informações estas que se não atendidas, estarão passíveis de enormes multas e posterior aumento das fiscalizações.

Por meio de leituras eletrônicas, a Fradema está habilitada a realizar a verificação destas informações e assim minimizar os riscos de autuações.

É interessante ressaltar que, com esta nova medida, as empresas terão a oportunidade de aprimorar suas operações de estoque, podendo assim ter um maior controle sobre as movimentações de entrada e saída, diminuindo significativamente a incidência de erros.

FGV: Índice de desempenho econômico atinge maior patamar em seis anos

22/09/2016 – Fonte: Portal Contábil

O Brasil começa a reunir as condições necessárias para voltar a crescer. Segundo um estudo divulgado nesta terça-feira (20) pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e pelo The Conference Board (TCB), o País registrou o sétimo avanço consecutivo em um indicador que mede o desempenho econômico do País.

As duas entidades desenvolveram o Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE), que reúne uma série de pesquisas para tentar antecipar tendências econômicas. Esse indicador pode ainda sugerir se o País está próximo de se recuperar. Os dados desta edição da pesquisa são referentes a agosto e, na comparação com o mês anterior, houve um avanço de 0,7%. Com esse desempenho, o indicador subiu para 98,9 pontos e se aproxima do que era observado em 2010 (100 pontos), quando a série começou a ser feita.

De oito pesquisas que compõem o índice, cinco deram contribuições positivas: o SWAP 360; os Índices de Expectativas das Sondagens de Serviços e do Consumidor; o Índice de Ações Ibovespa; e o Índice de Termos de Troca.

Retomada da economia

“A continuidade da trajetória de avanço do IACE nos últimos meses segue sendo explicada de forma majoritária pelas expectativas favoráveis”, afirma Paulo Picchetti, economista e professor da FGV responsável pela pesquisa.

Os números, mesmo com a melhora, mostram que o governo ainda tem trabalho pela frente para garantir a retomada total do País. Parte dos indicadores ainda precisam, segundo a pesquisa, evoluir mais para melhorar a percepção do brasileiro em relação à situação atual da economia.

Greve dos bancários chega ao 16º dia sem acordo de reajuste

22/09/2016 – Fonte: G1

A greve dos bancários completou 16 dias nesta quarta-feira (21) sem qualquer acordo entre trabalhadores e os bancos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) informou que decidiu pela continuidade da paralisação.

Segundo balanço da entidade, a greve fechou mais da metade das agências do país até o momento. De acordo com dados do comando dos grevistas, 13.398 agências e 40 centros administrativos tiveram as atividades paralisadas. O número representa cerca de 57% dos locais de trabalho.

A classe pede reposição da inflação (9,62%) mais 5% de aumento real, entre outras reivindicações.

Veja a situação em cada estado:

Acre

Ao menos **60% dos quase 1,1 mil bancários do Acre aderiram à greve**, segundo o presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Acre (Seeb-AC), Edmar Batistela. No estado, 49 agências estão fechadas.

Alagoas

O último levantamento da entidade registra **217 das 243 unidades fechadas**. Em Maceió, o sindicato informou que a greve atinge todas as 88 agências. Os trabalhadores e os bancos ainda não chegaram a um acordo sobre as reivindicações (veja como pagar contas durante a greve).

Amapá

No Amapá, **há 28 agências bancárias que paralisaram as atividades**, segundo informou o sindicato da região. Por conta da greve, serviços como saques e depósitos ficaram reduzidos e clientes reclamam que o atendimento está menos eficiente.

Amazonas

A greve completa 14 dias com adesão de cerca de **80% das agências bancárias em Manaus**. O balanço foi divulgado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Amazonas (Seeb-AM). A estimativa da entidade é que 1.700 bancários interromperam as atividades na capital e no interior do estado.

Bahia

Na Bahia, há cerca de 1.000 agências fechadas, de acordo com o sindicato dos bancários. A paralisação começou no dia 6 de setembro e, segundo o sindicato, ainda não tem previsão de término devido à falta de acordo com os bancos.

Ceará

Fortaleza tem 196 agências afetadas, de um total de 259. O número implica em 75,6% do geral na capital cearense. Em todo o estado, 419 das 562 agências tiveram impacto, ou seja, 74,5% do total no Ceará. Para o sindicato da categoria, é o maior número de agências fechadas já registrado em greves da categoria.

Já no interior do estado, a greve atinge 223 das 303 agências - que representa 73,5%. "É a maior greve dos últimos 25 anos. Chegamos a 419 agências, a gente nunca conseguiu isso. É um desrespeito muito grande com a população. Apesar dos lucros bilionários dos bancos e da tentativa de impor perda salarial para os bancários, essa é a resposta da categoria", critica o presidente do sindicato no Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

Distrito Federal

O Sindicato dos Bancários do Distrito Federal informou nesta terça-feira que as negociações "voltaram à estaca zero". Com a manutenção da greve, **83% das agências de Brasília seguem paralisadas**, segundo balanço.

Espírito Santo

A greve dos bancários chega ao 15º dia em vários estados do país e, segundo o balanço do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (Sindibancários-ES) desta terça-feira (20), **afeta 341 agências do Espírito Santo, o que representa 74% do total**.

Os clientes reclamam que enfrentam a falta de envelope e dificuldades para pagar faturas. Algumas pessoas estão com problemas para sacar dinheiro e, conseqüentemente, acumulam dívidas.

Goiás

A greve dos bancários segue sem previsão de acordo em Goiás. Os funcionários recusaram as propostas feitas pelas instituições financeiras por considerar os reajustes oferecidos inferiores ao que a categoria deseja. Enquanto o impasse continua, alguns serviços não estão sendo feitos.

Segundo a assessoria de imprensa do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás, a paralisação é crescente e cerca de 75% das 755 agências espalhadas pelo estado estão fechadas. Apenas serviços de compensação eletrônica e caixas eletrônicos estão funcionando. Já serviços personalizados estão paralisados.

Maranhão

Desde o início da greve dos bancários, no dia 6 de setembro, já se passaram **duas semanas de paralisação em São Luís**.

O presidente do Sindicatos dos Bancários (SEEB-MA), Eloy Natan, informou que a categoria permanecerá em greve até que seja apresentada uma proposta convincente.

"Os banqueiros propuseram reajuste de 7%, além de um abono de R\$ 3.300,00, mas a categoria não aceitou. Continuamos com a greve, realizando diariamente manifestações em frente à agências bancárias e assembleias para organizar o movimento grevista", declarou.

Mato Grosso

A greve dos bancários completa duas semanas sem previsão de terminar. Conforme dados divulgados nessa segunda-feira pelo sindicato da categoria em Mato Grosso (Seeb-MT), **mais de 270 agências estão fechadas em mais de 100 municípios no estado.**

Mato Grosso do Sul

No Mato Grosso do Sul, 86% das agências estão fechadas, segundo informou o Sindicato dos Bancários de Campo Grande e região. Das 160 agências, 138 estão sem atendimento ao público. A categoria promete um protesto nesta tarde pelas ruas do Centro para demonstrar a indignação com as negociações da Fenaban.

Minas Gerais

A greve dos bancários atinge 72% das agências em Belo Horizonte e outras 54 cidades de Minas Gerais, de acordo com a representação dos trabalhadores nas localidades. Último balanço divulgado pelo Sindicato dos Bancários de BH e Região informa que 542 das 753 agências estavam fechadas até esta segunda-feira (19). O número de trabalhadores parados não foi divulgado.

No Norte de Minas, mais nove agências bancárias aderiram ao movimento. Ao todo, são 81 unidades com atendimentos paralisados em 69 cidades da região. Com a interrupção dos serviços bancários, as casas lotéricas e agências dos Correios estão cheias, por causa do crescimento da demanda de clientes.

A greve dos bancários já atingiu 70 agências em 45 municípios do Leste de Minas Gerais, segundo o levantamento dos sindicatos da região. Com grande parte dos bancos fechados, o número de atendimentos feitos em casas lotéricas e Correios aumentaram significativamente.



Cerca de 60 servidores de variadas **agências bancárias de Uberlândia** fizeram uma manifestação no Centro da cidade, na manhã desta terça-feira (20). Entre as principais reivindicações, o grupo pede reajuste salarial para a categoria e melhorias nos atendimentos.

O movimento denominado "bananaço" foi realizado no hipercentro de Uberlândia, região onde estão instaladas várias agências. Os manifestantes se reuniram na Praça Professor Jacy de Assis, em frente ao Fórum de Uberlândia, e entregaram bananas nas portas dos bancos em sinal de protesto.

Pará

A greve dos bancários em Santarém, no oeste do Pará que começou no dia 6 de setembro acompanhando a paralisação nacional completa 15 dias nesta terça-feira, sem avanços nas negociações. No município, todas as 14 agências bancárias aderiram ao movimento para exigir reajuste de 14,7%.

Paraíba

O Procon de João Pessoa ajustou com os bancos que todos os serviços do caixa eletrônico ficassem disponíveis para os clientes. No entanto, o órgão precisou entrar com um pedido de liminar na Justiça para que o Banco do Brasil fosse obrigado a fornecer serviços como depósitos, transferências e saques.

Paraná

A greve dos bancários no Paraná, que começou no dia 6 de setembro, completa 15 dias nesta terça-feira (20) sem avanço nas negociações. Nestas duas semanas, 791 agências e dez centros administrativos fecharam em todo o estado e mais de 19 mil trabalhadores estão de braços cruzados para exigir a reposição da inflação e mais 5% de aumento real nos salários.

Pernambuco

Após duas semanas de greve, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco organiza um protesto, na manhã desta terça-feira (20), em frente a uma agência do Bradesco, na Avenida Conselheiro Aguiar, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife. O grupo está no local desde as 9h30, levantando faixas e cartazes. Segundo a categoria, a paralisação atinge de 90% a 95% das unidades da Região Metropolitana.

A greve afeta mais de 70% das agências de Caruaru, no Agreste de Pernambuco. A informação é do Sindicato dos Bancários do município.

Piauí

A greve dos bancários continua em todo o país, chegando ao 14º dia de paralisação e sem data marcada para nova rodada de negociação. Em Teresina, com o mínimo de funcionamento de 30% das agências bancárias, longas filas se formam nos espaços de autoatendimento, assim como nas lotéricas e correspondentes bancários.

Rio de Janeiro

A greve dos bancários segue com adesão de 100% nas 58 agências da Região dos Lagos do Rio, segundo o sindicato que representa a categoria. De acordo com o representante da entidade, Suez Santiago, a paralisação está longe do fim por não haver nenhuma negociação prevista.

Das 60 agências do Norte Fluminense, 45 estão fechadas; mesmo número do início da greve, no dia 6 de setembro. De acordo com o sindicato, a adesão em Campos dos Goytacazes e São João da Barra, que têm 45 agências, ainda é de 100%. O movimento, que é por tempo indeterminado, também abrange agências em Aperibé, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana.



Em Petrópolis, na Região Serrana do Rio, o sistema de rodízio é mantido nas 37 agências. Nesta terça-feira (20), Santander e HSBC não abrem, além do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Em Friburgo e Teresópolis as agências continuam fechadas com atendimento apenas pelos caixas eletrônicos e serviços essenciais. Em Petrópolis, apenas o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal mantêm as portas fechadas durante todo o período da greve.

Rio Grande do Norte

A greve dos bancários completa 15 dias nesta terça no Rio Grande do Norte com cerca de 70% das agências fechadas, informou o Sindicato dos Bancários do RN. De acordo com o coordenador geral do sindicato no estado, Gilberto Monteiro, a estimativa é que o número de agências paradas na capital chegue a 90%. Ainda não há previsão para o fim da greve.

Rio Grande do Sul

Os bancários devem realizar uma assembleia após o feriado Farroupilha, celebrado nesta terça-feira (20) no Rio Grande do Sul, para determinar os próximos passos da greve que entra na sua terceira semana.

A assembleia será realizada na quarta-feira (21) como forma de pressionar a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para voltar à mesa de negociação que é conduzida em São Paulo, conforme afirma a categoria.

De acordo com o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários), 973 agências ficaram fechadas no Rio Grande do Sul, sendo que 13.071 não abriram as portas em todo o país.

Roraima

A greve dos bancários chega ao 12º dia nesta quarta-feira (20) com 100% das agências fechadas em Roraima, segundo informou o Sindicato dos Bancários. A paralisação, que ocorre desde o dia 8, atinge bancos públicos e privados nos 15 municípios do estado. Rondônia

De acordo com o Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (Seeb-RO), das 130 agências espalhadas pelo estado, 115 seguem fechadas e 90% dos funcionários estão com as atividades paralisadas.

Santa Catarina

Em Santa Catarina, as adesões de trabalhadores e o fechamento de agências não param de crescer. De acordo com o sindicato dos servidores, "apesar das filas de clientes nas salas de autoatendimento, em casas lotéricas e terminais de serviços, a população tem sido compreensiva às reivindicações dos trabalhadores".

Até agora, só na Grande Florianópolis, das 150 agências, ao menos 115 estão fechadas. Das 63 agências da região de Joinville, cerca de 42 não estão atendendo clientes. Em Araranguá, das 21 instaladas na cidade e região, 19 estão fechadas.

São Paulo

Balanço feito pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região aponta que 1.002 locais de trabalho, sendo 14 centros administrativos e 988 agências fecharam nesta terça-feira. Estima-se que mais de 35 mil trabalhadores participaram das paralisações.

A greve dos bancários completa duas semanas nesta terça-feira (20) com 364 agências fechadas no Vale do Paraíba e região bragantina.

Na região de São José dos Campos, que abrange o maior número de funcionários, 179 das 184 agências amanheceram fechadas. De acordo com o sindicato dos bancários, mais de 2,8 mil trabalhadores aderiram ao protesto, representando 97% do total.

Na sede em Taubaté, 85 das 86 agências permanecem fechadas. Em Guaratinguetá, 654 funcionários de 53 agências também aderiram a paralisação. Já em Bragança Paulista, foram interrompidos os serviços em 47 das 54 unidades bancárias.

A greve dos bancários entrou na terceira semana na região de Itapetininga nesta terça-feira (20). Na cidade, são 12 agências e postos de atendimentos fechados. Em Avaré (SP), as 10 unidades da cidade permanecem com os serviços paralisados. De acordo com o Sindicato dos Bancários de Sorocaba e Região, não há previsão para novas reuniões e propostas pelo fim interrupção, iniciada em 6 de setembro.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Bancários de São Carlos, Lauriberto Viganon, 15 unidades estão fechadas. As outras estão funcionando com o expediente reduzido, com abertura a partir das 14h, e não há previsão de normalização do atendimento.

Já em Araraquara, o sindicato das categorias afirma que todas as agências continuam fechadas.

A greve dos bancários entrou na terceira semana e agências bancárias de cidades da região de Sorocaba e Jundiaí (SP) continuam fechadas. Após 15 dias de paralisação, 93 dos 120 bancos de Jundiaí aderiram ao movimento. Já em Sorocaba, são 237 agências que não fazem atendimento ao público.

A paralisação dos bancários aumentou sua adesão entre os trabalhadores da região Centro-Oeste Paulista. Em Bauru (SP), cerca de 80% das agências aderiram à greve e, segundo o sindicato da categoria, a previsão é atingir o patamar de 90%. Já na região são aproximadamente 150 unidades paralisadas. De acordo com Priscila Rodrigues, diretora do sindicato, a adesão na região é forte e em algumas cidades a paralisação é total.

No Alto Tietê, muitas agências estão paralisadas, de acordo com o Sindicato dos Bancários. A diretora de imprensa do Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes e região, que abrange ainda Suzano, Poá, Biritiba Mirim e Salesópolis, Regina Cardoso de Siqueira, estima que 55 agências estão paradas na região da entidade. "A greve está forte no Alto Tietê e continua porque não tem negociação."

Sergipe

Bancários se concentraram nesta terça-feira na Praça General Valadão, no Centro de Aracaju. Na capital, a greve atinge 174 agências e postos de atendimento em Sergipe. Tocantins.

A falta de atendimento e abastecimento dos caixas eletrônicos tem prejudicado os comerciantes e usuários. No Tocantins, 142 agências estão fechadas, de um total de 158. Negociação

Segundo a Contraf, os bancos reapresentaram a proposta que já haviam feito na reunião de terça-feira (13), que terminou sem acordo. Na sexta-feira (9), os bancários já haviam recusado a outra proposta da Fenaban. A greve teve início na terça-feira passada (6). A Fenaban não tem divulgado balanços diários de agências fechadas, mas informa que a população tem à sua disposição uma série de canais alternativos para realizar transações financeiras.

De acordo com o Banco Central, o país tem 22.676 agências bancárias instaladas, segundo último balanço do Banco Central.

Reivindicações

A categoria havia rejeitado a primeira proposta da Fenaban - de reajuste de 6,5% sobre os salários, a PLR e os auxílios refeição, alimentação, creche, e abono de R\$ 3 mil. A proposta seguinte, também rejeitada, foi de reajuste de 7% no salário, PLR e nos auxílios refeição, alimentação, creche, além de abono de R\$ 3,3 mil.

Os sindicatos alegam que a oferta não cobre a inflação do período e representa uma perda de 2,39% para o bolso de cada bancário. Os bancários querem reposição da inflação do período mais 5% de aumento real, valorização do piso salarial - no valor do salário mínimo

calculado pelo Dieese (R\$ 3.940,24 em junho) -, PLR de três salários mais R\$ 8.317,90, além de outras reivindicações, como melhores condições de trabalho.

A Fenaban disse em nota que "o modelo de aumento composto por abono e reajuste sobre o salário é o mais adequado para o atual momento de transição na economia brasileira, de inflação alta para uma inflação mais baixa".



Atendimento

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lembra que os clientes podem usar os caixas eletrônicos para agendamento e pagamento de contas (desde que não vencidas), saques, depósitos, emissão de folhas de cheques, transferências e saques de benefícios sociais.

Nos correspondentes bancários (postos dos Correios, casas lotéricas e supermercados), é possível também pagar contas e faturas de concessionárias de serviços públicos, sacar dinheiro e benefícios e fazer depósitos, entre outros serviços.

Greve passada

A última paralisação dos bancários ocorreu em outubro do ano passado e teve duração de 21 dias, com agências de bancos públicos e privados fechadas em 24 estados e do Distrito Federal. Na ocasião, a Fenaban propôs reajuste de 10%, em resposta à reivindicação de 16% da categoria

Gasolina mais cara no Brasil faz Petrobras perder mercado

22/09/2016 – Fonte: Jornal O Globo



A perda de espaço no mercado interno está preocupando a Petrobras e pode ser um empurrão para a estatal reduzir o preço do combustível. Fontes próximas à diretoria da companhia informaram que a estatal estuda baixar, até o fim deste ano, o preço da gasolina para garantir paridade com o valor praticado no mercado internacional. O preço desse combustível no país não cai há mais de sete anos.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em agosto foram importados 1,87 milhão de barris de gasolina A (sem etanol), contra 294,9 mil em igual mês do ano passado, uma alta de 533%. Sentindo os efeitos da queda do consumo no Brasil provocada pela recessão, e com os preços da Petrobras acima das cotações internacionais, várias distribuidoras e agentes do mercado vêm importando gasolina e diesel.

A venda de gasolina cresceu 2% em julho, num total de 21,6 milhões de barris, enquanto as do combustível da Petrobras ficaram estagnadas no primeiro semestre. O comércio de diesel caiu 8,8% no país em julho, queda menor que a da estatal, que caiu 12% no semestre.

De acordo com dados do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), na semana passada, a Petrobras estava vendendo a gasolina em suas refinarias cerca de 20,9% mais cara do que no mercado externo, enquanto o preço do diesel estava 39,5% mais alto aqui. Nos seis primeiros meses do ano, a estatal teve um ganho de R\$ 12,8 bilhões com essa diferença de preços.

NOVA POLÍTICA DE PREÇOS

O presidente da petroleira, Pedro Parente, disse ontem que nada foi decidido sobre redução no preço da gasolina e do diesel. O executivo afirmou que qualquer mudança de valores só será feita após a definição de uma nova política de preços.

— Não há decisão tomada. Estamos definindo como será a nossa política, mas é importante registrar que essa política tem, sim, como base a paridade internacional. Toda empresa tem que ter a sua margem.

Este é um mercado de risco. Temos que levar isso em conta também. Tem muita volatilidade nesse mercado. Quando essa política estiver aprovada, tanto pode ter reduções quanto aumentos. Essa é a informação relevante. Não é só numa direção que isso pode funcionar — explicou Parente.

Segundo o presidente da estatal, é preciso considerar também a receita da empresa:

— Há outros fatores importante ainda, como a margem e o market share (participação de mercado). A combinação desses fatores é que forma um processo de decisão. Nós não temos prazo para tomar essa decisão.

Desde que os preços dos combustíveis foram liberados nas refinarias, a partir de 2002, o governo autorizou a redução de preços de gasolina e diesel cinco vezes. A última vez que esses combustíveis ficaram mais baratos foi em junho de 2009, com uma redução de 4,5% nos preços da gasolina e de 15% para o diesel.

Em Nova York, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que não vai dar opiniões no debate sobre o preço da gasolina, que acha "normal e correto":

— No momento em que eu der opinião sobre o que a Petrobras deve fazer, eu começo, de uma certa maneira, a interferir na companhia. Eu acredito que a Petrobras é autônoma, e confiamos na administração, que é capaz para fazer este julgamento.

IMPACTO NA INFLAÇÃO

A gasolina pesa 3,91% no orçamento das famílias que ganham até 40 salários mínimos. Se o corte no preço chegar a 10% nas bombas, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cairia 0,4 ponto percentual.

O economista da Fundação Getulio Vargas (FGV) André Braz explica que, como o repasse para as bombas geralmente é metade do anunciado pela Petrobras, o litro da gasolina poderia ficar até 10% mais barato para o consumidor se a Petrobras resolver igualar seu preço à cotação internacional e reduzir o valor do litro nas refinarias em 20%.

Segundo Braz, o corte no preço mexeria com as expectativas para o resultado do IPCA este ano, que poderiam ficar mais próximas de 7%. Atualmente, na média, a previsão do mercado é que a inflação ficará em 7,34% este ano.

— Qualquer modificação no preço da gasolina mexe com as previsões para o índice fechado do ano. Mas as expectativas só vão mudar quando houver um anúncio oficial sobre o tamanho do corte — explicou Braz.

Este ano até agosto, a inflação da gasolina está em 0,40%. Mas o preço depende de outros fatores, como o preço do álcool anidro, que representa 20% de sua composição e que varia muito de cidade para cidade, por causa dos diferentes períodos de safra da cana-de-açúcar no Sudeste e Nordeste.

O preço da gasolina no mundo: de R\$ 0,03 a R\$ 6,10 por litro

Venezuelanos são os que pagam menos

O site GlobalPetrolPrices.com faz um ranking de preços do litro da gasolina em 176 países, com base em valores atuais ou séries antigas atualizadas pelos preços do petróleo e na variação cambial. De acordo com o levantamento de 19 de setembro, a Venezuela tem o litro mais barato, a R\$ 0,03.

— Como este ano o preço do álcool já acumula deflação de 5,48% (até agosto), há ainda mais chances, em caso de redução do preço da gasolina, que a queda nas bombas seja ainda maior — disse o economista da FGV.

No Rio, de acordo com a ANP, o preço do litro da gasolina varia de R\$ 3,55 a R\$ 4,29 (média de R\$ 3,861. Se a redução nas bombas chegar a 10%, isso significaria queda de R\$ 0,355 por litro nos postos que praticam o menor preço e de R\$ 0,429 por litro onde é cobrado o maior valor. No caso de um carro 1.0, a economia para encher o tanque de 50 litros seria de R\$ 18 ao abastecer no posto mais barato e de R\$ 21,45 no mais caro.

Investidores pedem € 8,2 bilhões a Volks por escândalo 'dieselgate'

22/09/2016 – Fonte: Jornal O Globo



Um grupo de investidores pediu nesta quarta-feira à Justiça alemã € 8,2 bilhões ao grupo Volkswagen por causa do escândalo dos motores a diesel com software adulterado, informou o tribunal de Brunswick.

No total, 1.400 denúncias foram apresentadas, a maioria de investidores privados, mas também estão incluídos investidores institucionais, que reclamam € 2 bilhões, indica o comunicado do tribunal desta cidade da Baixa Saxônia, onde fica a sede da Volkswagen.

O escândalo explodiu em 18 de setembro de 2015, quando a montadora admitiu ter adulterado os motores para falsificar o nível de emissões poluentes. Desde então, as demandas não param de crescer pelo temor de prescrição do possível delito.

O grupo europeu, dono de 12 marcas (entre elas Audi, Porsche ou Seat), é acusado de ter instalado um software para que o nível de emissões parecesse inferior ao índice real durante os testes.

PIB brasileiro segue em queda, mas retomada econômica pode vir antes do previsto, diz OCDE

22/09/2016 – Fonte: R7



A diminuição das incertezas no cenário político brasileiro e o desempenho positivo de alguns indicadores econômicos levaram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a melhorar suas previsões em relação à economia do Brasil.

Um estudo divulgado nesta quarta-feira pela organização prevê que o PIB brasileiro cairá 3,3% neste ano. Em junho, a estimativa era que a retração seria mais acentuada, de 4,3%.

Para 2017, a previsão é que a economia terá queda de 0,3%, em vez do 1,7% estimado em junho.

O relatório Perspectivas Econômicas Intermediárias antecede o estudo mais completo realizado semestralmente com previsões para a economia mundial.

Jens Arnold, economista da OCDE responsável pelas análises sobre o país, disse à BBC Brasil que a melhora de alguns indicadores de curto prazo, como o crescimento dos investimentos e da produção industrial, "são sinais de que talvez a retomada da economia brasileira ocorra um pouco mais cedo do que pensávamos".

A taxa de investimentos (também chamada de formação bruta de capital fixo) voltou a crescer no segundo trimestre deste ano, após mais de dois anos seguidos em queda. A produção industrial também teve desempenho positivo no mesmo período.

Para o economista alemão da OCDE, a definição do presidente que governará o Brasil até 2018 diminuiu as incertezas políticas, o que "é bom para os investimentos e para a economia em geral".

No estudo em junho, a OCDE havia afirmado que a "recessão profunda" no Brasil continuaria neste ano e no próximo "em um contexto de grande incerteza política", que também reduz a probabilidade de aceleração das reformas.

Novo governo

Na opinião do economista, muitas das medidas anunciadas pelo governo do presidente Michel Temer "vão na direção certa" e correspondem a recomendações feitas pela OCDE no passado. Ele cita o exemplo da reforma da Previdência, em estudo.

"É muito importante o Brasil avançar nessa questão. O sistema previdenciário não será sustentável no futuro com os parâmetros atuais", diz, acrescentando ser necessário elevar a idade da aposentadoria no Brasil. "Os brasileiros se aposentam muito cedo em comparação com outros países."

O economista ressalta que ainda é cedo, no entanto, "para saber até que ponto vai ser possível gerar consenso político mais amplo para aprovar as medidas".

A OCDE também recomenda rever os mecanismos de indexação da aposentadoria mínima e outros benefícios sociais atrelados ao salário mínimo, por considerar que "não é um bom indexador para os benefícios sociais".

Para a OCDE, o Brasil deve aumentar os gastos com o Bolsa Família e não reduzi-los.

"Seria importante o Brasil redirecionar os recursos dos benefícios sociais e se concentrar nos benefícios que têm grande impacto sobre a redução da pobreza e da desigualdade, como o Bolsa Família", afirma Arnold.

Arnold diz ainda que a perspectiva em relação à inflação também é mais favorável do que há alguns meses. "A inflação deve continuar a trajetória de queda e se aproximar da meta, o que provavelmente poderá abrir espaço para a redução da taxa básica de juros."

Ele também prevê que, em 2017, poderá haver crescimento econômico de um trimestre para outro no Brasil, embora o PIB anual ainda deva fechar em queda de 0,3%, como afirma o estudo divulgado nesta quarta.

A economia mundial deverá crescer um pouco menos neste ano: 2,9%. Em 2015, o índice foi de 3,1%. A organização revisou levemente para baixo suas previsões de junho, quando havia estimado um crescimento de 3%.

Em 2017, a expectativa é de crescimento de 3,2%, menor do que os 3,3% do relatório de junho.